

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 717.946 - RS (2015/0118313-4)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : OI S.A
ADVOGADOS : RAFAEL CORREA DE BARROS BERTHOLD - RS062120
ROBERTA DE OLIVEIRA SILVA - RS082560
GABRIELA TASCA APPELT E OUTRO(S) - RS079234
RODRIGO DE FREITAS WINTER - RS089092
AGRAVADO : SONIA MARIA BARCELLOS RAMOS
ADVOGADOS : MÁRCIO MAZZOLA SILVA - RS057206
JÚLIO CÉSAR DOVIZINSKI E OUTRO(S) - RS057067

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto por OI S.A., em face de acórdão assim ementado (fl. 155):

AGRAVO INTERNO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. BRASIL TELECOM. RAZÕES DISSOCIADAS DO DEBATIDO NA DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO ESPECÍFICA.

Ementa da decisão agravada Não deve ser conhecido o agravo de instrumento quando as razões expostas estão em dissonância com as questões debatidas na decisão agravada Deve o agravante impugnar os fundamentos da decisão, sob pena de não se transferir ao Juízo o conhecimento da matéria em discussão.

Possível a aplicação do art. 557, "caput", do CPC quando a decisão agravada está em consonância com o entendimento da Câmara, como no caso.

Precedentes.

AGRAVO DESPROVIDO. UNÂNIME.

Os embargos de declaração opostos na origem foram rejeitados (fls. 154/157).

Nas razões do especial, a ora agravante alega violação dos arts. 535, I e II, do Código de Processo Civil/1973, por omissão do Tribunal de origem, ao não se pronunciar sobre as questões postas em debate nos embargos de declaração.

No mérito, argui afronta aos arts. 884 do Código Civil; 475-B, § 3º, 620 e 743, I, do Código de Processo Civil/1973, pretendendo "seja determinanda a remessa dos autos à Contadoria do Foro para elaboração de novo cálculo da condenação" (fl. 183).

Ultrapassado o juízo de admissibilidade, passo a decidir.

Inicialmente, verifico que não há omissão alguma ou ausência de fundamentação na apreciação das questões suscitadas.

Ressalte-se que não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, a fim de expressar o seu convencimento. O pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões proferidas pela origem.

Esclareça-se, também, que não se traduz em omissão a motivação contrária ao interesse da parte ou que deixe de se pronunciar acerca de pontos considerados irrelevantes.

Observe-se, ainda, que "A jurisprudência é firme no sentido de que os embargos de declaração, ainda que opostos com o objetivo de prequestionamento visando à interposição de recursos nos Tribunais Superiores, não podem ser acolhidos quando inexistentes omissão, contradição ou obscuridade na decisão recorrida (EDcl no AgInt no AREsp 156.220/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/2/2018, DJe 27/2/2018).

No mais, o Tribunal de origem, ao julgar o agravo interno, manteve o decidido no agravo de instrumento, assim ementado (fl. 132):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFIADO. BRASIL TELECOM. RAZÕES DISSOCIADAS DO DEBATIDO NA DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO ESPECÍFICA.

Não deve ser conhecido o agravo de instrumento quando as razões expostas estão em dissonância com as questões debatidas na decisão agravada. Deve o agravante impugnar os fundamentos da decisão, sob pena de não se transferir ao Juízo o conhecimento da matéria em discussão.

AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA.

Do acima transcrito, verifica-se que o fundamento reproduzido, em relação à matéria que se pretende discutida, não foi devidamente combatido, não havendo similitude entre as questões discutidas no acórdão recorrido e as razões do especial, sendo

inviável o provimento do especial pela aplicação das Súmulas 283 e 284/STF.

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo e nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

